

OS VÁRIOS COTIDIANOS CORTADOS PELAS GRADES UMA ANÁLISE SOBRE AS VIVÊNCIAS NO CENTRO DE RESSOCIALIZAÇÃO

CAMILA DE LIMA VEDOVELLOⁱ

Resumo: O presente artigo é um desdobramento da dissertação de mestrado “Novas formas de encarceramento? Os jovens e o Centro de Ressocialização”, onde foram discutidas questões como o crime cometido e seu caminho, o perfil dos presos, as percepções dos funcionários sobre a entrada no crime, o trabalho carcerário, além de uma análise sobre essa instituição prisional que vêm sendo amplamente instalada no Estado de São Paulo nos últimos anos. Nesse estudo aqui apresentado travaremos uma análise sobre a rotina dos diversos sujeitos que cotidianamente estão dentro do Centro de Ressocialização estudado, seja para cumprirem ou esperarem suas penas, seja para trabalharem para o funcionamento dessa prisão.

Palavras-chave: Prisão, Centro de Ressocialização, cotidiano.

Abstract: This article is an redoublement of a Masters paper “New forms of incarceration? The young and the Centro de Ressocialização”, where they discussed issues such as crime and its path, the profile of prisoners, of the officials perceptions on entry to the crime, and prison labor, in addition to an analysis of this institution, that has been widely installed in the state of Sao Paulo in recent years. In this study presented will be made an analysis about the routine on the subject of several daily that are within the Centro de Ressocialização studied, even to meet or waiting their sentences, so to work for the operation of the prison.

Key words: Prision, Centro de Ressocialização, quotidian.

INTRODUÇÃO

Os Centros de Ressocialização (CR) são instituições penais instaladas no Estado de São Paulo a partir dos anos 2000, através do Decreto nº 45.271, sancionado pelo então governador Mário Covas. Essas instituições configuram-se em presídios de pequeno porte, destinado para presos de baixa periculosidade, que se encontram em Regime Fechado, Semi-aberto e Provisório. O CR se apresenta enquanto uma nova experiência na prática de encarceramento, um “modelo” de instituição prisional, onde as diferenças estruturais e a administração compartilhada entre Estado e ONG’s corroboram para essa legitimação discursiva.

O surgimento do CR se deu através da experiência de administração prisional instaurada na Cadeia Pública de Bragança Paulista, onde no final do ano de 1995, como expõe Silva (2001),

uma ONG de Assistência Carcerária propôs ao governo do Estado de São Paulo um convênio, que se basearia no repasse das verbas destinadas aos presos para essa ONG, com o propósito de, com essa verba, administrar através de um modelo empresarial, a Cadeia Pública de Bragança Paulista¹.

Existem atualmente vinte e dois CR’s espalhados pelo interior do Estado de São Paulo².

¹ Sobre a ação de ONG’s em serviços de ordem governamental, Boito Jr (1999, p. 83-84) expõe: “A focalização, com o envolvimento de ONG’s e associações filantrópicas, tem criado uma aparência de participação democrática e lograda, inclusive, cooptar direções e movimentos populares. [...] A participação de ONG’s e associações filantrópicas na aplicação da política social tem desprofissionalizado e desinstitucionalizado os serviços sociais tornando-os precários e incertos [...]”

² Consideramos a instalação desses CR’s enquanto parte da política de mais encarceramento em voga não só no Estado de São Paulo, mas no Brasil e em outras partes do globo. Acerca da expansão carcerária e de aprisionamento existentes, Wacquant (2001, p. 96-97) trabalha esse aumento como uma necessidade do neoliberalismo, sendo uma estratégia de controle social da pobreza Assim relata o autor: “Em primeiro lugar, o sistema penal contribui diretamente para regular os segmentos inferiores do mercado de trabalho.[...] ele comprime artificialmente o nível de desemprego ao subtrair à força milhões de homens da “população em busca de um emprego” e, secundariamente, ao produzir um aumento do emprego

Entre as diferenças estruturais com os chamados “presídios convencionais”, podemos destacar: a inexistência de grades nas celas, contado com portas venezianas; a existência de um refeitório onde os detentos realizam suas refeições e, a existência de uma cantina com o propósito de evitar os “escambos” realizados nas prisões. Entre as diferenças administrativas, destacamos: a realização de “triagem” como forma de escolha de detentos que podem cumprir pena nessa instituição; a transferência de presos como punição por mau comportamento; a administração compartilhada entre o Estado e uma ONG local, onde o Estado se encarrega da parte de segurança e disciplina e a ONG da ressocialização, como uma forma de segundo a própria direção local: trazer a sociedade civil para dentro das unidades prisionais, facilitando assim a ressocialização.

[...] trazer a sociedade civil para dentro das unidades para ver a dificuldade que é trabalhar com os reeducandos, vivenciar esse período que eles estão aqui retidos, porque quando eles retornarem para a sociedade eles voltam para a própria comunidade [...] então se eles estiverem participando, trabalhando junto com o Estado na recuperação desse homem aqui recluso, dessa pessoa reclusa quem vai ganhar é a comunidade [...] principalmente.

Para além dessa questão exposta pela direção do CR pesquisado, consta em documento oficial da ONG, no Resumo da Associação (s/d, p. 01), que administra esse local em parceria com o Estado, o caráter de redução de gastos do Estado na administração do local, desarticulando assim o discurso humanizador e ressocializador posto em discurso. “A parceria com Entidades sem fins econômicos é muito vantajosa para o Estado [...]. É mais econômica, seu custo diminui em mais de 50% [...]”

O CR pesquisado têm capacidade para 210 detentos, nunca atingindo, até esse momento, a lotação máxima. Nesse local cumprem pena homens, em grande parte jovens, divididos em três alas, referentes aos três regimes de reclusão existentes.

A pesquisa foi realizada entre o ano de 2006 e 2007, onde foram entrevistados doze detentos, além de funcionários ligados ao Estado e funcionários da ONG que gerencia o local. Através

da pesquisa, analisamos várias questões referentes ao encarceramento, como o papel do Estado e da ONG na gerência do CR, o perfil dos presos, a entrada no crime, o delito cometido, o trabalho antes e dentro do cárcere, o estar preso, a ressocialização e o cotidiano entre grades dos diversos agentes que cumprem pena ou trabalham no local.

Assim como aqueles que se encontram presos no CR, os funcionários do local também passam grande parte de seus dias entre as grades da prisão, gerenciando o andamento dessa instituição, garantindo que a disciplina e ordem pretendidas pelo Estado se efetivem. Os funcionários que trabalham na parte administrativa do local, como a direção, passam o dia dentro do CR, saindo da prisão à noite. Sobre sua rotina diária no CR, a direção expôs:

O meu trabalho é muito envolvido com os reeducandos, eu chego logo pela manhã às oito horas, normalmente. Entro, percorro a unidade, visitando as oficinas e o trabalho que está sendo desenvolvido. Acompanho também o trabalho do grupo técnico. [...] fica o diretor geral que aqui sou eu para estar acompanhando todo esse trabalho para que tenha êxito, porque senão a gente não consegue levar uma unidade com trabalho, com projetos, que ainda eu acho que nós temos o desenvolvimento de poucos projetos e a gente pelo fato de não ter esse diretor responsável por isso sobrecarrega muito o diretor geral, **então o diretor geral tem que acompanhar como eu faço, tanto o que existe da parte da Ong como da responsabilidade nossa**³ que é o acompanhamento efetivo na aula de cultura, pocilga. Então é um trabalho muito envolvente e eu acompanho totalmente isso daí, tanto que criei a pocilga, implantei a horta, foi tudo um envolvimento da diretora geral, tive apoio dos Agentes de Segurança, é, apoio nosso. **Difícilmente nós incorporamos apoio da Ong nesse sentido, então sobrecarrega muito o diretor geral da unidade.** Então meu cotidiano é muito cansativo, mas eu fico realizada porque a gente percebe o caminhamento da unidade e o apoio dos técnicos então chega o final do dia a gente se sente realizado e dever cumprido.

A direção geral do CR passa, portanto, o dia inteiro dentro da prisão, chegando pela manhã e saindo no final da tarde. Percebemos por meio da fala da direção geral do CR que existem ainda mais conflitos entre a direção e a ONG, sendo que a direção expressa em seu discurso que há uma ineficiência da ONG no cumprimento de suas atribuições. Enquanto a direção geral expõe que o acompanhamento diário da horta e da pocilga é por ela realizado, e que a implantação desses tiveram o apoio dos Agentes de Segurança, ficando as atribuições do andamento da unidade centrados na direção geral, a Gerente da ONG relata

no setor de bens e serviços carcerários, setor fortemente caracterizado por postos de trabalho precários [...]

³ Grifos nossos.

que a coordenação do CR é de responsabilidade dela, até mesmo a pocilga e a horta.

Bom, aqui eu tenho uma rotina burocrática, que eu não gosto, que eu não estava preparada, mas que me foi colocada. Eu faço compras, eu tenho que fazer pesquisa de preço, cotação, eu faço a compra de todo material que é consumido aqui, toda alimentação que é consumida, todo material que é comprado eu tenho que fazer pesquisa de preço e eu que adquiero e também supervisiono o trabalho de toda a equipe. São quinze pessoas sob a minha coordenação: as assistentes sociais, psicólogas, médico, enfermeiro, pessoal da produção e eu tenho que supervisionar até o trabalho da faxina dos presos, a parte da produção, as oficinas que existem lá fora, o trabalho deles, a pocilga, a horta. **Tenho que estar coordenando tudo, é tudo sob a minha responsabilidade.**

Percebemos, pelas falas, que há uma disputa entre a direção geral do CR e a entidade no que concerne à coordenação e à efetivação de trabalhos dentro do CR. Enquanto a direção local expõe que trabalhos como a pocilga e a horta são de sua coordenação, a Gerente da ONG de outro lado, expõe que essas responsabilidades ficam sob seu encargo. A entidade e a direção geral não trabalham, portanto, em conjunto, de maneira articulada; mas sim disputam a gerência dessa instituição no cotidiano de trabalho no CR.

Entrevistamos também outros funcionários, a fim de elucidar o trabalho cotidiano desses dentro do CR, e percebemos, através de suas rotinas, como estabelecem e tratam de suas atribuições diárias. Acerca de seu cotidiano no CR, colocou a Assistente Social:

Um dia por semana eu saio para avaliar, fora isso são os atendimentos que a gente realiza através da solicitação dos reeducandos, todos aqueles que precisam de atendimento mandam uma cartinha para a gente, a gente agenda. Eu tenho dias que eu realizo visita domiciliar, dias que eu realizo atendimento às famílias aqui, porque todas as amásias, elas só podem entrar para visita mediante um relatório que a gente faz [...]. Todos que entram aqui a gente faz a entrevista de reclusão, a gente tem que cadastrar no portal que é do sistema, eu tenho que cadastrar essas entrevistas lá. Todos os contatos telefônicos a gente que faz, tanto faz para fora quanto recebe, o externo também, que a família liga, quer uma orientação. [...] tem os dias que eu faço atendimento, temos dias que eu saio, temos dias de visita de família, aí depende da rotina, amanhã mesmo eu não estou aqui, que eu vou para a Penitenciária, então é de acordo também com as

necessidades da instituição. A gente vai se adequando.

Para exercer seu trabalho enquanto assistente social, a funcionária da ONG que trabalha no CR, não necessita estar todos os dias dentro da prisão. Dentre as suas atribuições, existem trabalhos que devem ser realizados fora dos muros do CR, como o atendimento às famílias, às amásias e a triagem realizada semanalmente em uma Cadeia Pública da Comarca. Assim, seus dias de trabalho não são necessariamente passados entre as grades do CR. Porém, em sua rotina de trabalho, o contato com os presos e seus familiares é constante.

As duas psicólogas da ONG também relataram os pormenores de suas rotinas dentro do CR e como é realizado o trabalho nesse local. Em suas falas, elas também deixam claro que existem dias que não passam dentro do CR, mas trabalham entre as grades de outras instituições penais - os Presídios e as Cadeias Públicas onde a triagem é realizada.

[...] ela trabalha de manhã e eu trabalho à tarde e a gente se encontra por duas horas por período, das onze à uma. Ela sai às onze e eu entro à uma, então nesse momento a gente troca algumas informações e a gente acha isso importante porque antigamente não era assim. Mas na rotina existe um dia da semana que é sagrado, que nós vamos para [...], o acordo com a Secretaria, fechou a Cadeia Pública [...] tem esse acordo: uma vez por semana nós vamos, entrevistamos e o que vem para cá e o restante que não é favorável, eles vão para a Penitenciária. Então o restante dos dias é fazer inclusão desses que estão chegando, porque toda semana está chegando. Fazer inclusão, fazer o primeiro contato, fazer orientações e atendimentos de rotina mesmo que são as orientações porque às vezes a pessoa logo que ela chega aqui é um choque muito grande, então existem pessoas que precisam desse acompanhamento até ela se familiarizar, entender o que está acontecendo com ela [...] Nesse percurso tem pessoas que recebem condenação, a gente tem que trabalhar muito, porque por mais que eles estejam esperando é um choque entender tudo isso. [...] eventualmente nós fazemos grupos e a gente trabalha alguns temas, o último foi auto-estima, então nós fazemos um trabalho com os alojamentos, alojamento por alojamento, que nós achamos que é mais fácil um grupo menor [...]

O trabalho empreendido cotidianamente pelas psicólogas também não requer que elas estejam todos os dias no CR. Uma vez por semana elas se deslocam para uma Cadeia Pública juntamente com a assistente social e o Diretor de Segurança e Disciplina. Elas trabalham em horários alternados e utilizam a hora do almoço para dialogarem sobre o encaminhamento de seus atendimentos. Os atendimentos realizados vão desde trabalhos em grupo, até atendimentos para

aqueles que são imputados a cumprirem penas no CR - com suas condenações recebidas; que passam para o regime Semi-aberto; que recebem a possibilidade de saída temporária, entre outras orientações que se fazem necessárias no dia-a-dia do CR.

Além dos funcionários ligados à ONG e da direção geral do CR, fizemos essa questão sobre a rotina aos funcionários ligados a SAP⁴ e que trabalhavam com a disciplina e a segurança do presídio. Assim, inferimos sobre a rotina do Diretor de Segurança e Disciplina e de dois Agentes de Segurança Penitenciária. De tal modo recebemos a resposta do Diretor de Segurança e Disciplina:

A rotina diária, a gente chega de manhã, a gente faz atendimentos diários com os internos, nós despachamos os benefícios que vão ao Fórum, às terças-feiras a gente vai até [...] fazer entrevistas com os presos que estão na Cadeia Pública e no decorrer do dia a gente vistoria os setores, a gente anda por dentro da unidade para ver se está tudo em ordem, a gente orienta os Agentes para o trabalho, despacha quando o preso é do regime Semi-aberto para trabalhar [...] ou aqui na área externa e orienta os presos quando vão para o Fórum. Assina as saídas para o Fórum e outros serviços, incluem os presos quando chegam [...]. Todo esse procedimento é feito pela gente, fora outros.

O trabalho exercido diariamente pelo Diretor de Segurança e Disciplina relaciona-se com a coordenação do trabalho dos Agentes de Segurança Penitenciária, além das vistorias para garantir a ordem no local e a triagem. Fora o tempo em que se desloca para a Cadeia Pública a fim de fazer a triagem, em um dia da semana, o Diretor de Segurança e Disciplina passa cerca de dez horas diárias entre as grades e muros do presídio.

Eu entro por volta de oito horas da manhã e saio entre as dezessete e trinta e dezoito horas. Todos os dias. Aos domingos pelo menos uma vez por mês eu venho trabalhar no dia de visita aqui para dar plantão.

O Diretor de Segurança e Disciplina passa, portanto, cerca de cinquenta horas por semana dentro da prisão. O tempo em que passa fora do CR corresponde a apenas um terço de seu dia.

Os Agentes de Segurança Penitenciária também passam boa parte de seus dias no interior

do CR. A diferença entre eles e o Diretor de Segurança e Disciplina, é que esse diretor está no CR todos os dias, enquanto os Agentes de Segurança Penitenciária trabalham em turnos, como eles mesmos expõem:

P- Você trabalha todo dia ou faz turno?
Não, faço turno. Doze por trinta e seis.
Entro às seis da manhã e saio às dezoito horas.

P- Você entra e sai que horas aqui do CR?
Entro às seis e saio às dezoito.
Dia sim, dia não.

Esses funcionários, portanto, trabalham a partir de turnos; não é todo dia que ficam em meio às grades da prisão, diferentemente do Diretor de Segurança e Disciplina, da Gerente da ONG, da direção geral e também dos funcionários da parte administrativa.

Em seu dia-a-dia na prisão os Agentes de Segurança Penitenciária têm, entre suas atribuições, que garantir a ordem do local. São eles que abrem e fecham as grades do CR, que liberam os presos para o trabalho, para irem ao refeitório e à quadra. Eles são os responsáveis pelos passos que os detentos dão de seus alojamentos, onde o circular não é restrito, para os espaços que necessitam de permissão para circular.

Olha é uma coisa muito monótona, viu? Acho que em todo o sistema. Tem nossos postos predeterminados. Uma coisa entediante. Infelizmente o sistema faz com que a gente cai numa rotina terrível. É chegar de manhã, "bater chave", liberar preso para trabalhar, para almoçar, jantar e nada mais do que isso. É o nosso papel.

Eu abro e fecho porta, revisto preso, faço revista diária. A gente vê parte de segurança, disciplina, revista de reeducando, ordem.

Os Agentes de Segurança Penitenciária em conjunto com o Diretor de Segurança e Disciplina são os sujeitos que trabalham diretamente com o disciplinamento dos corpos daqueles que estão encarcerados, ou como coloca Foucault (2002, p. 121): [...] A disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço.[...]. É através da sua vigilância e das restrições que impõem cotidianamente, que os encarcerados são disciplinados, acostumando-se muitas vezes a andar somente onde lhes é permitido.

Mas, ao mesmo tempo em que exercem relações de poder para com os detentos, disciplinando seus corpos, eles mesmos têm seus corpos disciplinados, pelo horário de entrada, pelas prestações

⁴ SAP é a sigla que designa a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo.

de contas com seus superiores, pela rotina estabelecida e cumprida rigorosamente. Acerca desse disciplinamento coloca Foucault (2002, p. 118):

[...] movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. [...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as "disciplinas". [...]

Os corpos dos funcionários e gestores do CR são maquinarias disciplinadas e ao mesmo tempo disciplinadoras de outros corpos – os dos próprios encarcerados. Tendo seu espaço restrito, sua movimentação vigiada, como se dá o cotidiano desses presos? Até que ponto eles conseguem encontrar fissuras na maquinaria disciplinadora e até que ponto seus corpos são realmente docilizados?

Levamos em conta possibilidades dos detentos encontrarem fissuras nas relações de poder que tendem a discipliná-los, visto que além do poder exercido a eles, há um contra-poder que os presidiários podem vir a exercer. Esse contra-poder seria, nas palavras utilizadas por Foucault (2005, p. 96) ao relatar a chamada *lettre – de – cachet*, uma ordem que o soberano poderia dar a outrem:

[...] De forma que a *lettre – de – cachet* se apresenta, [...] investida de uma espécie de contra-poder, poder que vinha de baixo e que permitia a grupos, comunidades, famílias ou indivíduos exercer um poder sobre alguém. Eram instrumentos de controle, de certa forma espontâneos, controle por baixo, que a sociedade, a comunidade, exercida sobre si mesma. [...]

Assim, ao mesmo tempo em que existe uma relação de poder exercida pelos funcionários para com os presidiários, esses podem exercer um contra-poder, um controle sobre si mesmos dentro do cotidiano estabelecido, que rebate o controle hierárquico. Ele é estabelecido através de micropoderes que governam o tempo dos presidiários, seu ir e vir e suas atitudes dentro CR, ou nas palavras de Câmara (2001, p. 155):

[...] As instituições se responsabilizam pelo uso do tempo dos indivíduos e de toda a sua dimensão temporal. [...] Os seus dirigentes adquirem um micropoder, semelhante ao judiciário, de punir e premiar, estabelecer normas, criar regimentos, aceitar ou expulsar pessoas [...]

Sabendo que as relações de poder não são unilaterais e que existem contra-poderes que se contrapõe e rebatem os poderes vindos de cima, pensarmos o cotidiano desses presos e contrapô-los ao exercício de dominação do tempo e vigilância realizados pelos funcionários, nos esclarecerá como essa dinâmica de disputas e contradições pode se dar dentro do CR.

As questões relativas ao dia-a-dia dos encarcerados se enveredaram por temas sobre o trabalho encarcerado, a escolarização dentro do CR, as visitas, os cultos religiosos, o lazer e, propriamente, a rotina diária de cada um. Além disso, eles fotografaram lugares e pessoas no CR que lhes são significativas. Não exploraremos as imagens postas, mas sim o discurso sobre essas imagens.

Explorando sobre o dia-a-dia dos detentos, obtivemos as seguintes respostas:

P- Como é a sua rotina aqui no CR? A rotina de estar preso?

A rotina de estar preso, eu vou falar para você, em dia de semana até que é um pouco corrido. A semana passa rápido de segunda a sexta. Você trabalha e tem a escola, volta tem o evangelho, que é a Igreja.

P- E você poderia falar qual é a sua rotina aqui dentro? Como ela é?

Eu levanto cedo, vou para a escola, volto, faço faxina, vou para o sol, volto, faço boné, que eu faço artesanato também, vou para o almoço, volto, descanso, quer dizer, durmo, aí depois eu fico andando por aí até as cinco de novo, aí faço faxina.

P- E como é sua rotina aqui dentro?

Normal. Vou para a escola, aí faço faxina de manhã, depois vou jogar um futebol na parte da tarde.

P- Você pode falar um pouquinho sobre como é a sua rotina aqui dentro?

A minha rotina aqui é fazer faxina de manhã, depois eu joga bola e depois eu faço faxina a tarde, só.

P- Como é a sua rotina diária aqui?

Eu trabalho de dia e de noite faço uns trampinhos⁵ manuais: cestas, uns negócios que aprendi a fazer na FEBEM.

P- E você pode falar um pouco sobre a sua rotina? Como é sua rotina aqui dentro?

⁵ Gíria utilizada para designar trabalhos manuais.

Aqui de dia semana eu acordo às seis horas, que é a hora da contagem. Vou, tomo um banho e aí começo fazer o manual, que é o boné. Depois, lá pelas oito eu vou para a [...] trabalhar, paro às onze para ir para o almoço, volto uma hora, aí fico até as cinco. Depois das cinco faço mais um pouco de boné, assisto um pouco de televisão, vou para a escola e volto.

P- E você pode falar um pouco como é a sua rotina diária, da cadeia?

Agora não tem como falar muito porque eu estou na rua, então dia de sábado eu venho, bem dizer véspera de visita, dia de descansar da semana que eu trabalhei, no domingo a visita e na segunda-feira eu vou para a rotina do trabalho na rua.

P- Você levanta cedo, vai para a rua e volta que horas para cá?

Volto às sete horas.

P- Volta só para dormir?

Só para dormir.

P- Como que é a sua rotina aqui no CR?

Eu levanto, vou para o trabalho, chego, tomo banho e vou dormir. Todos os dias, só muda no sábado. Daí a gente tem menos tempo de trabalho, a gente trabalha só até as onze e meia da manhã, aí a gente tem o dia para jogar futebol, fazer uma coisa diferente, tem o culto, aí vem umas pessoas fazer o culto aí.

A maioria dos encarcerados segue as normas preestabelecidas pelo CR. Eles ocupam seu dia-a-dia com trabalho, educação, cultos religiosos, lazer e trabalhos artesanais como a confecção de bonés de lã a fim de comercializar. Apenas dois dos presos responderam que somente dormem e comem.

P- Como é sua rotina aqui?

Na verdade, bôia, burra e só. Durmo e como.

P- Você pode explicar para mim? Bóia é comida, e burra?

É a cama.

P- Como é a sua rotina diária aqui?

Durmo, só durmo.

Levando em conta o baixo número entre os presos pesquisados que no seu cotidiano não seguem as normas do CR, averiguamos que possivelmente não existe um contra-poder formado entre a massa carcerária que lá se encontra. Não há necessariamente um poder estabelecido de baixo que se confronta com o poder constituído pelos funcionários. Não conseguimos observar ações coletivas de resistência

frente à ordem estabelecida. Bernardo (1998, p. 08) ao relatar acerca dos conflitos sociais e as formas de luta e contestação, esclarece que essas resistências dividem-se entre ativas e passivas e entre individuais e coletivas, podendo combinar-se de várias formas. Para o autor: “[...] Assim, por exemplo, a preguiça, em todas as suas inúmeras variantes, é uma forma de contestação *individual* e *passiva*[...]”. As resistências contra a disciplina estabelecida se mostram, portanto, enquanto resistências individuais e passivas no CR. Percebemos, portanto, que a maioria dos detentos obedecem as ordens, sendo que alguns internalizam o discurso institucional.

Sendo a maioria dos pesquisados obedientes às regras, poderíamos inferir que o disciplinamento de seus corpos ocorre quase de forma exemplar, não fosse os poucos que disso escapam e, além disso, o bom comportamento se dá também pelo medo que os presos têm de serem transferidos do CR para outros presídios, visto que essa prática se constitui nessa instituição como uma punição exemplar àqueles que saem das regras. Mas, se olharmos mais atentamente às razões que os levam a estudar, por exemplo, descortinaremos que para determinados sujeitos que estão encarcerados, a frequência às aulas dentro do CR não se dá simplesmente por uma vontade de aprender, mas como colocou um dos presos, para “matar cadeia”:

P- Porque você estuda?

Para falar a verdade é para matar a cadeia mesmo, para passar o tempo, não arrumar briga, para esquecer o mundo lá fora. Se for para se preocupar lá fora, nós vamos acabar pirando a cabeça, arrumando confusão. Nós seguimos em frente.

Assim para esse preso, o frequentar a escola não trava uma relação com o querer aprender ou com querer completar os estudos; mas sim com passar o tempo do aprisionamento de maneira mais calma, com o esquecimento da vida que transcorre fora das grades.

Metade dos presos pesquisados não frequentam a escola dentro do CR e, assim sendo, continuarão com a sua escolaridade inacabada. Possivelmente não terminarão seus estudos após saírem. Relatando sobre a educação, um detento expôs: “[...] é uma oportunidade para você ir tramar e ir aprendendo mais.”. Dessa forma, enquanto uns utilizam-se do tempo da sala de aula para “matar cadeia”, outros acreditam que seguindo seus estudos, poderão conseguir além de mais conhecimento, possibilidades de emprego. Apenas um dos presos pesquisados afirmaram que não trabalhavam dentro do

CR, sendo que um deles havia trabalhado durante um tempo em uma fábrica instalada na instituição.

Ao tratar da questão do trabalho encarcerado, a Lei de Execução Penal, prevê em seu Art. 28, que: "O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva." Assim, o trabalho encarcerado é, do ponto de vista legal, um pressuposto para educar o condenado, tornando-o digno de viver em sociedade e, esse trabalho, deve dar ao condenado uma formação profissional, conforme exposto na LEP, através do Art. 34. "O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado."

Todo trabalho carcerário efetuado dentro do CR é chamado de "Laborterapia" e seria uma forma de tratar o criminoso, de ressocializá-lo. Dessa forma, a proposta de terapia através do trabalho posta pelo CR conjuga-se com a LEP, na medida em que visam o resgate da dignidade humana do encarcerado, preparando-o para o mercado de trabalho. Mas há de se questionar se o trabalho realizado dentro do CR realmente cumpre o que expõe em discurso.

Dentro do CR quatro dos presos trabalham nas fábricas, três na faxina, um na lavanderia, um na cozinha e um preso do semi-aberto trabalhava em uma escola da cidade. Nenhum dos presos que entrevistamos trabalhava na área administrativa.

Há uma diferença entre os presos que trabalham na área administrativa da prisão, seja servindo café ou mesmo auxiliando nos serviços administrativos, e os que trabalham na faxina, cozinha ou lavanderia. Os que trabalham na área administrativa são todos brancos e pouco se utilizam de gírias para se comunicar, enquanto aqueles que trabalham nessas outras áreas acima citadas são, em sua maioria, negros e comunicam-se utilizando de muitas gírias.

Ao tratar da questão do trabalho interno na Casa de Detenção de São Paulo, e da seleção realizada pela administração para eleger aqueles que trabalhariam nos serviços burocráticos, Ramalho (2002, p. 121) elenca que essa escolha era realizada pelo delito cometido.

[...] A seleção dos presos para desempenho dessas tarefas, por parte da administração, variava conforme o tipo de delito do qual o preso era acusado. O delito em que estava enquadrado e o

passado do preso caracterizavam sua "periculosidade" e informavam se ele estava apto ou não para ser requisitado pela administração.[...]

A seleção dos presos que vão trabalhar nos setores como administração e lavanderia é realizada pelo Diretor de Segurança e Disciplina, enquanto que os trabalhadores das fábricas são encaminhados pela ONG, assim como afirma o Diretor de Segurança e Disciplina:

[...] A gente só encaminha presos para o setor de lavanderia, esse é um encaminhamento que eu faço, encaminhamento para o setor de administração, encaminhamento para o setor de área externa que são os presos do regime Semi-aberto. [...]

Dessa forma, o Estado - na figura do Diretor de Segurança e Disciplina - é quem "escolhe" aqueles que servem para trabalhar nas várias funções de prestações de serviços dentro do CR e, através das nossas observações nessa instituição, e vendo que durante todo o tempo da pesquisa não era mudado o padrão de quem trabalhava na área administrativa apesar da grande rotatividade existente pelas saídas e transferências dos presos, chegamos a conclusão de que os presos são escolhidos para trabalhar nas referidas áreas através de seus estereótipos e não como acontecia na Casa de Detenção de São Paulo, onde a "periculosidade" era o critério. Deste modo, no CR, apesar da premissa de humanização no tratamento ao preso, as práticas para delimitar em que local cada preso deve trabalhar segue a premissa do estereótipo do preso.

Os presos que trabalham na faxina, na cozinha e na lavanderia, relataram acerca do trabalho desempenhado dentro do CR.

P- Você trabalha aqui dentro?

Trabalho.

P- Onde você trabalha?

Na lavanderia.

P- Há quanto tempo você trabalha na lavanderia?

Vai fazer sete meses que um mês eu fiquei parado. Agora fez sete já.

P- E qual o salário que você recebe?

Nós ganhamos juntando com as firmas aí. Nós tiramos um pouquinho de cada firma para a gente.

P- E dá quanto mais ou menos por mês?

Dá uns vinte reais, trinta reais, não tem quantidade certa.

Sobre o trabalho na lavanderia, o detento relata:

É o setor onde a gente trabalha, onde a gente passa a maioria do dia, esquece das coisas porque é um trabalho

corrido. Estende, põe, já vai recolher, vai passar a roupa, tem que fazer de tudo, então aí é o nosso passa tempo, onde fica só em quatro trabalhando. Aí a gente fica conversando, joga um baralhinho para desbaratinar a cadeia, passa o tempo.

O trabalho na lavanderia para esse detento não representa simplesmente uma forma de sobrevivência, visto que seu salário é irrisório; mas sim uma maneira de ocupar seu tempo enquanto encontra-se encarcerado. Outros dois detentos que trabalham na faxina expuseram alguns dados acerca dessa função desempenhada dentro do CR.

P- Você trabalha aqui?
Trabalho.
P- Trabalha onde?
Eu estou trabalhando na faxina da galeria.
P- Há quanto tempo você está trabalhando?
Desde que eu cheguei.
P- Qual é o salário que você recebe?
Aqui ou lá fora?
P- Aqui.
Sessenta reais.

P- E você trabalha aqui dentro?
Trabalho.
P- Trabalha onde?
Na faxina.
P- E há quanto tempo você está trabalhando aqui dentro?
Desde quando eu cheguei.
P- E qual o salário que você recebe pela faxina?
Entre vinte e vinte e cinco reais por mês.

Os baixos salários dos detentos que trabalham em serviços internos do CR, como faxina, lavanderia e cozinha, se deve pelo fato de que tais remunerações provem de um "rateio" efetuado pela ONG entre os presos, como já citado anteriormente. Não conseguimos observar como esses trabalhos desempenhados no interior do CR com pagamentos de valores ínfimos conseguem ressocializar o detento, resgatando sua dignidade e preparando-o para o mercado de trabalho após a saída do cárcere.

Além desses presos que trabalhavam em serviços internos como a faxina, a lavanderia e a cozinha, entrevistamos detentos que trabalhavam em firmas instaladas dentro do CR.

P- Você trabalha aqui?
Trabalho.
P- Onde?

Na [...] ⁶.
P- Há quanto tempo você trabalha na [...]?
Dois meses.
P- E qual o salário que você recebe?
Uns cento e cinquenta reais.

P- E você trabalha aqui dentro?
Trabalho.
P- Trabalha onde?
Na [...]. Eu estava até trabalhando agora, mas você me chamou para a entrevista.
P- E há quanto tempo você está trabalhando aí na [...]?
Ah, quase desde quando eu cheguei. Uns oito meses. Porque nos três meses antes eu trabalhava no doce que tinha aqui.
P- E o que você faz lá na [...]? O que a [...] faz?
É pasta, aquela pasta de escola, aquelas de grampo.
P- E qual o salário que você recebe para trabalhar lá?
É por produção. Depende do tanto que o serviço rende, como rende a produção lá dentro.
P- Por mês qual é a média?
Se você trabalhar bastante tira uns duzentos reais, duzentos e cinquenta, mas não tem um preço certo, depende da produção.

P- E você trabalha aqui?
Trabalho.
Onde?
Na [...].
P- Quanto você recebe de salário por mês?
Cento e setenta.

P- Você trabalha aqui dentro do CR?
Sim.
Onde?
Aqui dentro não, na firma, na [...] ⁷.
P- De quanto é o salário que você recebe?
Por enquanto está saindo cento e setenta, livre.
P- Você trabalha quantas horas por dia mais ou menos?
Eu entro as sete e meia e saio as vinte para as cinco.

O trabalho prisional nas fábricas dentro do CR ocupa a maioria do tempo dos encarcerados que trabalham nesses lugares. Fábricas como as que fazem as pastas e que trabalham por produção tomam ainda mais tempo; pois, os detentos levam trabalho para seus alojamentos a fim de receberem mais. Segundo Foucault (2002, p. 203-204), o trabalho prisional tem como função "ocupar" o tempo dos detentos:

⁶ Nome da fábrica retirado para não identificação do local. Segundo a gerente da ONG, existem cinco empresas trabalhando no CR: uma de fabricação de pastas, uma de fabricação de cadeiras, uma do segmento de concreto, uma de fabricação de caixas. Não nos foi relatado em que segmento trabalhava a quinta empresa.

⁷ A referida firma está instalada no entre-muros do CR.

O trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos- operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os “ocupa” [...]

E, ainda:

A utilidade do trabalho penal? Não é um lucro; nem mesmo a formação de uma habilidade útil; mas a constituição de uma relação de poder, de uma forma econômica vazia, de um esquema da submissão individual e de seu ajustamento a um aparelho de produção.

Concordamos com Foucault que o trabalho prisional não tem como premissa a formação de uma habilidade útil, visto que os relatos, tanto dos funcionários (embora em seus discursos também postulem o trabalho como terapia de recuperação) como dos encarcerados, nos mostram que o trabalho realizado nas fábricas existentes no CR, são atividades baseadas em busca de mão-de-obra barata, onde não há interesse em qualificar o trabalhador, mas sim de obter uma maior lucratividade a partir desse trabalho. Acerca dessa questão a direção local do CR relatou:

P- Porque essas empresas se interessam em ter oficinas no CR?

Para obter vantagens como o pagamento, eles têm isenção dos encargos sociais, e isso daí onera muito o trabalho para eles e essa facilidade e também da mão-de-obra estar à disposição [...]

Os detentos do CR passam grande parte de seu dia-a-dia trabalhando nas fábricas, ganhando muito pouco por isso. As atividades laborais desempenhadas por eles não requerem qualificação e, portanto, ao saírem do CR não terão em seus horizontes a possibilidade de tentar um trabalho qualificado. Não têm escolarização e o trabalho desempenhado, ao contrário do que rege os discursos sobre a “Laborterapia”, não desempenha um papel terapêutico - além do estigma que lhes será imputado. Assim, como coloca Foucault, esses detentos saem do CR ajustados a um aparelho de produção. Talvez a única vantagem para os detentos em trabalhar nessas fábricas é a remição de pena - a cada três dias trabalhados um dia é reduzido da pena - e a possível avaliação positiva do juiz sobre o detento que trabalha, em caso do julgamento. Nos colocando sobre as “vantagens”

das empresas estarem instaladas no CR, a direção local expôs:

[...] é muito vantajoso para as empresas e para nós mais ainda porque o reeducando além de trabalhar, ele tem a remição de pena, a cada três dias trabalhados diminui na pena deles, então isso daí é muito importante para eles e eles sabem que se eles estiverem trabalhando é até um julgamento diferente mediante ao juiz.

Enquanto para os presos, o trabalho encarcerado mostra-se como uma possibilidade de diminuição da pena e uma avaliação positiva do juiz, para as fábricas instaladas no local, é extremamente interessante trabalhar com a mão-de-obra encarcerada. Afinal, as empresas contratantes são isentas de estabelecerem vínculo empregatício com os presos, além de não terem que pagar os encargos sociais. Ou como posto pela FUNAP⁸ (Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel”):

As empresas que alocam mão-de-obra prisional não possuem vínculo empregatício com o trabalhador que está em cumprimento de sua pena, não incidindo sobre o salário os encargos sociais.⁹

Os presos não trabalham em regime CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) - pois o vínculo entre o empregado e o empregador é estabelecido através da LEP - não gozam de direitos trabalhistas, recebem como base de pagamento um salário mínimo quando o contrato não for por produção - o que pode reduzir esse salário.

Wacquant (2001, p. 97) estabelece uma ponte entre o encarceramento em massa e o trabalho carcerário, mostrando como, ao saírem das prisões, os detentos não têm possibilidades de buscar um trabalho que não seja aviltante.

[...] Daí o segundo efeito do encarceramento em massa sobre o mercado de trabalho [...], que é o de acelerar o desenvolvimento do trabalho assalariado de miséria e da economia informal, produzindo incessantemente um grande contingente de mão-de-obra submissa disponível: os antigos detentos não podem pretender senão os empregos degradados e degradantes, em razão de seu status judicial infamante. [...]

Sabendo que o CR nasce no bojo da política de mais encarceramento posta pelo PSDB no Estado de São Paulo e que tem como proposta a busca pela ressocialização pautada, entre outras coisas, na

⁸ No Estado de São Paulo, as empresas são instadas a instalarem-se nas prisões por intermédio da FUNAP.

⁹ Retirado de: <http://www.funap.sp.gov.br/>. Acesso: 04/03/2008.

“Laborterapia” que nada mais é do que a instalação de fábricas que buscam mão-de-obra barata. Os detentos que lá se encontram trabalhando nas fábricas, ao saírem, provavelmente, ocuparão os postos que lhes é destinado e a que já se acostumaram durante seu tempo passado no cárcere: trabalhos desqualificados e por vezes inseridos na ilegalidade.

Além do trabalho nas fábricas instaladas no CR e dos trabalhos na prestação de serviços dentro da instituição, como a faxina, a cozinha e a lavanderia, os detentos do local também trabalham com artesanato, além de alguns dos presos do Semi-aberto trabalharem na cidade.

Sobre o artesanato realizado por alguns dos presos, obtivemos relatos de dois presos que fazem bonés de lã no CR para venderem. Um deles já havia trabalhado em uma das fábricas instaladas no CR, mas no momento da pesquisa só fazia bonés de lã. Segundo um dos detentos, os bonés são vendidos na rua e dentro do CR:

P- Esses bonés que você faz você vende? Vende aqui dentro mesmo?

Vendo. Vendo para a rua também.

P- Quanto você recebe por cada um, mais ou menos?

Quinze reais.

Assim, mesmo não trabalhando nos outros locais acima citados, existem presos no CR que trabalham de forma autônoma, obtendo recursos financeiros através de trabalhos manuais. O contingente de presos do CR que trabalham é alto, segundo a Gerente da ONG:

A maioria trabalha. Nós temos aqui, de uma população de 185. Estava variando de 185 a 190, o último mês. [...]. No último relatório que chegou aqui são 157 trabalhando. [...]

Por tudo visto, consideramos que para esses presos é importante trabalhar devido à remição da pena e também porque o trabalho é um fator que influencia na percepção dos gestores locais sobre os encarcerados, aqueles que trabalham são bem vistos pela administração e, assim, torna-se mais difícil uma possível transferência por punição. Ao trabalhar, os presos mostram-se adaptados e adequados aos moldes do CR.

Uma questão importante da rotina desses presos é a religião e os cultos que ocorrem no local. Cinco dos presos pesquisados afirmaram ter

alguma ligação religiosa. Três se colocaram enquanto evangélicos e dois como católicos. É importante colocar que não questionamos se os presos tinham religião, mas se participavam de algum grupo religioso dentro do CR.

P- Você frequenta algum grupo religioso aqui?

Então, quando tem missa aqui eu vou, mas nas missas só.

P- E aqui dentro você frequenta algum grupo religioso? Não. Só vou de vez em quando no culto.

P- Mas é católico ou evangélico?

Evangélico, mas às vezes também vem padres rezar missa aqui.

P- Você vai no culto?

Vou.

P- Você é evangélico?

Sou.

P- Você virou evangélico aqui dentro ou já era lá fora?

Eu já ia para a Igreja coma minha mãe.

P- O culto aqui é quantas vezes por semana?

Eles vem quarta e sábado, mas eu só posso ir de sábado, porque de quarta eu trabalho.

Uma das declarações de um dos detentos que se tornou evangélico no CR, se revelou extremamente interessante, pois não relata somente os dias de culto ou sobre seu batismo e o “aceitar Jesus”, mas mostra muito como os cultos podem ser importantes para ocupar o tempo desses detentos.

P- Você se tornou evangélico aqui dentro?

É. Fui batizado no evangélico, quando eu aceitei Jesus. Fui batizado no evangélico.

P- E faz quanto tempo que você virou evangélico aqui?

Seis meses.

P- E de quando é o culto?

Quarta e sábado. Sábado de manhã, sábado à tarde e sábado à noite. **Então até de sábado você faz o dia também, você aproveita o dia.** A gente faz entre a gente, não fica olhando para a televisão porque bate uma agonia, uma tristeza. Dá um desespero, você olha para as quatro paredes, vê que não tem saída, pensa em fazer besteira, então se você está na rotina a semana inteira, trabalha, volta, estuda, tudo, quando voltar vai jogar um baralho para dormir, **é só assim, para passar a cadeia, não tem a mente para ocupar, a mente vai acabar usando droga, vai acabar brigando com os outros.**

Dessa forma, esse detento nos mostra que, para além de um rito de fé, o culto religioso pode ser considerado, no âmbito de uma prisão, como um ponto de fuga, um local onde se possa “ocupar a cabeça”. Ao sair da rotina de trabalho da semana, esse detento “ocupa sua mente” com a rotina dos cultos nos finais de semana, evitando, como nas palavras

correntes em meio às grades, que sua mente vire “oficina do diabo”.

Nos finais de semana, além dos cultos há o dia de visitas, onde os parentes dos encarcerados dirigem-se até o CR. Nesse dia, aos domingos no CR e aos sábados na Penitenciária, saem ônibus do Terminal Urbano diretamente para esses locais. Muitas mulheres e crianças dirigem-se a essas instituições durante os finais de semana para verem seus familiares presos. Durante uma ida ao CR para pesquisa em um sábado pudemos observar, na volta à cidade, uma grande movimentação na Penitenciária ao lado da instituição pesquisada: era dia de visita nesse presidio. O ônibus que nos levava ao Terminal Urbano da cidade estava abarrotado de mulheres das mais variadas idades, além de crianças. O encontro semanal com parentes representa um contato importante para os presos, como coloca Lemgruber (1983, p. 47):

A importância do contato com a família é múltipla – ela representa antes de mais nada, o vínculo com o mundo exterior e, quando este vínculo não pode ser mantido, acarreta imenso sofrimento: - “Quem não tem família ou quem não recebe visita da família vive apanhada na cadeia”.

Dos entrevistados, todos declararam que recebem visitas no CR. Os presos pesquisados, portanto, em alguma medida, mantêm vínculo com o mundo exterior à prisão a partir das visitas.

P- Você recebe visita aqui de final de semana?
Recebo. Vem minha esposa, minhas filhas, meu pai. De vez em quando vem minha irmã, mas minha irmã é meio difícil de vir porque ela não gosta da revista aqui não.

P- Você recebe visita de fim de semana?

Recebo.
P- Quem vem te visitar?
Minha mãe, minha irmã.

P- Elas vêm todo final de semana?
Todo final de semana.

P- Você recebe visita todo final de semana?

Recebo.
P- Quem vem te visitar?
A minha mãe e o meu pai.
P- Eles vêm todo final de semana?
Todo final de semana.

P- Você recebe visita de fim de semana?

Recebo. Recebo quase todo domingo.
P- Quem vem te visitar?

Vem minha mãe, minha irmã. Tem uma pessoa que é de menor, só que não pode. Estou trocando só uma idéia, é menor, mas por pouco tempo. Já está para ficar de maior, já.

P- Você recebe visitas aqui de final de semana?

Recebo.
P- Quem vem te visitar?
Mais a minha esposa mesmo.

P- Você recebe visita aqui de final de semana?

Recebo.
P- Quem vem aqui te visitar?
Minha esposa, minha mãe, meus filhos.

P-E você recebe visitas de final de semana?

Todo fim de semana, graças a Deus.
P- Quem vem te visitar?
Normalmente a minha esposa e de vez em quando vem minha mãe.
P- A sua filhinha também vem?
Vem.

Os relatos dos presos nos mostram duas coisas: uma é que além de todos receberem visitas, elas são realizadas quase todos os finais de semana; outra é que a grande maioria das pessoas que vão visitar os presos é mulher; sejam elas mães, esposas ou namoradas, sendo que muitas esposas, namoradas ou as chamadas amásias levam consigo os filhos resultantes da união afetiva entre elas e seus companheiros encarcerados. Assim como coloca Perrot (2001, p. 219) ao relatar sobre a circulação das mulheres na cidade de Paris: “[...] Na cidade do século XIX, a mulher é o espetáculo do homem.”, nos dias de visita no CR, as mulheres são também o espetáculo dos encarcerados, pois são elas que estão lá presentes, circulando nesse espaço onde durante toda a semana, circulam em sua grande maioria, homens.

Uma das possíveis razões para ocorrer esse “espetáculo feminino” nos dias de visita deve-se ao fato de que o “cuidar” dos filhos e maridos é posto como uma função das mulheres. Enquanto para os encarcerados lhes é imputado o aprisionamento, para as donas-de-casa, companheiras dos encarcerados, lhes é imputada a missão de cuidadora dos filhos e esposos. Perrot (2001, p. 214) expõe como as mulheres, donas-de-casa, têm historicamente, funções pré-estabelecidas:

A dona-de-casa está investida de todos os tipos de função. Primeiramente, dar à luz e criar filhos, que leva consigo e, a partir do momento em que sabem andar, acompanham-na por toda parte. [...]. Segunda função: a manutenção da família, os “trabalhos domésticos”, expressão que tem um sentido mais amplo, incluindo a

alimentação, o aquecimento, a conservação da casa e da roupa, o transporte de água etc. [...]

Embora Perrot esteja falando das mulheres do século XIX na cidade de Paris, podemos correlacionar esse comportamento, ao comportamento das mulheres brasileiras no século XXI, pois, levamos em conta que nossa sociedade continua patriarcal¹⁰ e estabelece papéis definidos aos homens e mulheres. Nesse sentido, as mulheres brasileiras continuam desempenhando o papel da cuidadora, ou seja, daquela que é responsável pelos cuidados com a família, com os filhos e marido. Assim, elas enchem os pátios do CR nos dias de visita, levando comida e atenção aos seus filhos e maridos presos. Levam também os filhos dos presidiários para esses visitarem seus pais, colorindo o pátio com a algazarra das crianças.

A rotina dos encarcerados não se faz somente de trabalho, religião, visitas, etc., mas muito da sua rotina é travada pelo contato com os funcionários e principalmente com os outros presos. Seguem relatos de detentos: “[...] são os companheiros que eu moro junto, então para mim é uma família.[...]”

[...] é o seguinte: por mais que a gente está preso aqui nesse lugar, isolado do mundo, é a amizade, a cooperação e o companheirismo que ajuda bastante a gente ir matando tempo aí e vencendo essa cadeia. Um ajudando o outro, um dando força para o outro.[...]

Para esses detentos a rotina diária é permeada pela convivência com os presos que “moram” com eles, ou seja, que dividem os alojamentos. São considerados como “companheiros”, “família”; a vivência entre esses presos e aqueles que dividem os alojamentos é marcada, segundo suas falas, pela amizade. É através dos companheiros de alojamento que eles conseguem “vencer a cadeia” e que têm o apoio necessário que perderam por causa dos muros e que só conseguem resgatar por poucas horas nos fins de semana, durante o horário de visita.

¹⁰ Entendemos o patriarcado como uma relação de dominação do homem sobre a mulher instalada historicamente na sociedade brasileira. O patriarcado, faz parte de um tripé antidemocrático, onde se assenta a sociedade brasileira, ou, nas palavras de Saffioti (2004, p. 49): “[...] a sociedade brasileira repousa sobre um tripé contraditório, que inclui relações de gênero com primazia masculina, racismo contra o negro e relações de exploração – dominação de uma classe social sobre outra, em detrimento dos menos privilegiados, e que esses fatos são antidemocráticos. [...]”

Para Coelho (1987, p. 63) a trajetória dos presos no encarceramento, é vivida por um aprendizado no que ele chama de “sociedade dos cativos”; faz-se necessário, para os presos, aprender uma série de regras e normas de convivência para manterem-se nesse universo.

[...] Ainda assim é possível à média dos internos “tirar cadeia” em relativa segurança: basta que se tornem membros competentes desta sociedade *sui generis*¹¹, observando seus códigos, valores, normas e hábitos e aprendendo a gramática de sua articulação. [...]

Pelos discursos expostos dos presos sobre os “moradores” de seus alojamentos e pela concepção de que esses são, dentro do CR, sua família, podemos inferir que esses homens encarcerados têm essas normas incorporadas, conseguindo movimentar-se entre a massa encarcerada, tendo sua identidade dentro da prisão reconhecida pelos seus pares. A partir do momento em que esses presos se consideram enquanto uma família, eles se reconhecem enquanto grupo por estarem na mesma situação; ou seja, em meio às grades, com seu ir e vir restrito, conseguem dividir suas experiências e “tirar cadeia” com mais tranquilidade.

Todos os relatos aqui expostos e análises realizadas, nos levam a considerar que o CR, apesar de suas diferenças estruturais em relação à outros presídios, traz através de seu cotidiano, seja o dos presos ou dos funcionários do local, o mesmo modelo de encarceramento existente nesses presídios, com trabalho precarizado, com as atividades rotineiras não cumprindo seu papel designado, mas sim o de “vencer” a cadeia, com disputas entre a ONG e o Estado pelos empreendimentos realizados, entre outras questões. O discurso sobre o CR enquanto prisão modelo, serve muito mais para legitimar a expansão dessa forma de unidade carcerária, reforçando ainda mais a política de mais encarceramento que vêm sendo instalada, pelas necessidades do neoliberalismo, do que de trazer um tratamento humanizado e ressocializador com parceria da sociedade civil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERNARDO, J. *Estado. A Silenciosa Multiplicação do Poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BOITO JR.A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Editora Xamã, 1999.

¹¹ Grifo do autor.

CÂMARA, H. F. *Além dos muros e das grades (discursos prisionais)*. São Paulo: Educ- Fapesp, 2001.

COELHO, E. C. *A Oficina do Diabo – Crise e Conflitos no Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo L.T.D.A. IUPERJ- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1987.

DECRETO ESTADUAL n° 45.271, de 05 de outubro de 2000. São Paulo.

FOUCAULT, M. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005.

_____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL. Lei n° 7.210, Brasília, 11 de Julho de 1984.

LEMGRUBER, J. *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

PERROT, M. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

RAMALHO, J. R. *O Mundo do Crime – A Ordem pelo Avesso*. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

RESUMO DA ASSOCIAÇÃO.

SAFFIOTI, H. Gênero e patriarcado: violência contra as mulheres. In: VENTURI, G; RECAMÁN, M; OLIVEIRA, S. (orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, R. da. *A eficácia sócio- pedagógica da pena de privação de liberdade*. Tese de Doutorado (Doutor em Educação). Junho/2001 – USP.

WACQUANT, L. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ⁱ Cientista Social e Mestre em Ciências Sociais pela Unesp-Marília.